

Veículo: Política Livre	
Data: 16/04/2019	Caderno: Economia



Gasolina sobe em 24 Estados e no DF, diz ANP; valor médio avança 1,01% no País

O valor médio da gasolina vendido nos postos brasileiros avançou em 24 Estados brasileiros e no Distrito Federal na semana passada, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), compilados pelo AE-Taxas. Houve recuo apenas no Amazonas e na Bahia. Na média nacional, o preço médio avançou 1,01% na semana passada ante a anterior, de R\$ 4,358 para R\$ 4,402. Em São Paulo, maior consumidor do País e com mais postos pesquisados, o litro da gasolina subiu 1,13%, de R\$ 4,086 para R\$ 4,132, em média. No Rio de Janeiro, o combustível subiu 0,56%, de R\$ 4,815 para R\$ 4,842, em média. Em Minas Gerais, houve alta no preço médio da gasolina de 0,26%, de R\$ 4,648 para R\$ 4,660 o litro.

Estadão Conteúdo

Tribuna

Impostos nos produtos da Semana Santa chegam a 70%

Não importa se será na sexta-feira da Paixão ou no Domingo de Páscoa.

YURI ABREU
REPÓRTER

A depender da tradição das famílias, a certeza é uma: a de que terá mesa farta para familiares e amigos aproveitarem o momento da ceia. Mas, se por um lado a notícia é boa, há outra ruim, que é o imposto cobrado sobre os produtos que vão à mesa. Alguns deles chegam a ter uma taxa de quase 70% em cima do preço final.

É o caso do vinho importado, cujo índice total é de 89,73%, de acordo com um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) e encomendado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Os impostos que mais pesam no cálculo final são o ICMS (mercadorias e serviços), IPI (produtos industrializados), ambos com 20% de encargos, e o imposto de importação, com 14%, segundo a pesquisa feita pelo órgão.

A ideia então pode ser

optar pelo vinho nacional, pesando menos no bolso. Pode até ser, mas, nem tanto assim. Conforme o levantamento, o preço final do produto tem 54,73% de imposto. Incidem sobre ele, além do ICMS e do IPI, encargos como PIS (1,65%), e Cofins (7,60%), além de outros gêneros (5,48%). Outro item importado que não pode faltar à mesa, o bacalhau tem, segundo a entidade, 43,78% de imposto. A diferença para o vinho que vem de outro país é, além do ICMS e do imposto de importação, mais baixos, o fato de não incidir o IPI.

Por último, vem um produto que faz alegria principalmente das crianças, o chocolate e as vanações como os ovos de páscoa e os bombons. O primeiro item, segundo a Associação, possui 39,61% de imposto. Maior até do que o próprio ovo, com 38,53%: uma diferença de apenas 1,08%. Já os bombons estão pesando um pouco menos quando o assunto são os encargos, com 37,61%.

De acordo com



Foto: Reginaldo Ipe

VARIAÇÃO

Chocolates como ovos de Páscoa e bombons chegam a ter taxa de quase 40% de imposto em cima do preço

Marcelo Solimeo, economista da ACSP, os brasileiros precisam se conscientizar de todo o peso da carga tributária. Segundo ele, se ela não fosse excessiva, potencializaria o poder de compra da população e engataria a máquina econômica.

Isso revela que os problemas da União não estão no lado da receita, que continuam crescendo. Estados e municípios também apresentaram aumento da carga, mas muitos estão sem condições de pagar compromissos básicos, o que mostra que as despesas estão fora de controle e, sem uma Reforma da Previdência como primeira medida no sentido de reduzir os gastos, vamos ter cada vez mais dificuldades para atender as necessidades básicas do cidadão e até mesmo pagar o "funcionalismo público", explicou.

Confira a tabela com o total de imposto que incide sobre produtos da Páscoa:

Produto da Páscoa	PIS	COFINS	ICMS	IPI	ISS	IMPORT.	OUTROS	TOTAL
Vinho importado	1,65%	7,60%	20,00%	20,00%		14,00%	6,00%	69,73%
Vinho nacional	1,65%	7,60%	20,00%	20,00%			5,48%	54,73%
Bacalhau importado	1,65%	7,60%	18,00%	0	0	10,00%	6,53%	43,78%
Chocolate	1,65%	7,60%	18,00%	5%	0		7,36%	39,61%
Colomba Pascal - chocolate	1,65%	7,60%	18,00%	5%	0		6,43%	38,68%
Ovo de Páscoa	1,65%	7,60%	18,00%	5%	0		6,28%	38,53%
Bombons	1,65%	7,60%	18,00%	5%	0		5,36%	37,61%



Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data 16/04/2019	Página: 06

Tribuna

Governo fixa meta de déficit primário de R\$124,1 bilhões

O governo do presidente Jair Bolsonaro fixou uma meta de déficit primário de 124,1 bilhões de reais para o governo central em 2020, pior que o rombo de 110 bilhões de reais indicado anteriormente pelo time do ex-presidente Michel Temer para o ano que vem, conforme projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apresentado nesta segunda-feira no Ministério da Economia.

É o que mostra reportagem da Reuters.

No documento, o governo também divulgou um salário mínimo de 1.040 reais para 2020, ante 998 reais neste ano.

O déficit de 2020 representará o sétimo resultado no vermelho do Brasil, cravando uma longa trajetória de receitas maiores que as despesas, com o desaranjo fiscal ditando cresci-

mento do endividamento. Segundo apresentação do governo, a dívida bruta deverá atingir 80,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem.

O cálculo levou em conta uma perspectiva de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,7 por cento para 2020. Para 2021 e 2022, o governo indicou déficits primários de 68,5 bilhões e 31,4 bilhões de reais, respectivamente, e altas no PIB de 2,6 e 2,5 por cento.

O estabelecimento de uma meta negativa veio apesar do governo Bolsonaro ter sido eleito com a promessa de zerar o déficit já neste ano, para o qual a meta é de um déficit primário de 139 bilhões de reais para o governo central, formado por Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social.

Veículo: Política Livre	
Data: 16/04/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Pela primeira vez desde 2016, economia brasileira pode recuar no trimestre

Foto: Marcos Santos/USP Imagens



O IBC-Br mostrou que a economia recuou 0,73% em fevereiro

Além de projeções já indicarem que o crescimento da economia brasileira poderá ficar na faixa decepcionante de 1% em 2019, começam a surgir estimativas que apontam uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano na comparação com os três meses anteriores, o que não acontece desde o último trimestre de 2016 (-0,6%). Dados divulgados na segunda-feira, 15, pelo Banco Central corroboraram essas projeções. O Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br) mostrou que a economia recuou 0,73% em fevereiro ante janeiro – a maior queda desde maio de 2018, mês da greve dos caminhoneiros. Em janeiro, o indicador havia cedido 0,31%. Os bancos Fator, Bradesco e Itaú Unibanco são os que estimam declínio do PIB no período de janeiro a março, enquanto outras instituições, ainda que esperem leve alta, não descartam a possibilidade. O PIB do período será divulgado pelo IBGE em 30 de maio. O Fator projeta recuo de 0,2% para o primeiro trimestre na comparação com o último do ano passado. O economista-chefe do banco, José Francisco de Lima Gonçalves, afirma que os indicadores econômicos de março indicam para um cenário de deterioração. “Tem consumo de energia mais fraco, confiança mais baixa e utilização da capacidade instalada menor.” O Itaú revisou, na última sexta-feira, sua expectativa para o PIB do primeiro trimestre: de alta de 0,3% para declínio de 0,1%. Com isso, a estimativa para crescimento em 2019 passou de 2% para 1,3%. Em nota, o banco observou que não há sinais de melhora do investimento e que a indústria está estagnada. O Bradesco reconheceu que a atividade segue fraca e os sinais de retomada são incipientes. A estabilidade das vendas no varejo e a queda nos serviços em fevereiro são condizentes com a expectativa de retração do PIB de 0,1% no primeiro trimestre, segundo o banco.

Estadão

16/04/2019 - 05:00

Sob incertezas, previsão de déficit é elevada

Por Fábio Pupo e Ana Krüger

O Ministério da Economia observa um comportamento ainda desafiador das receitas e por isso enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2020 com uma meta de déficit de R\$ 124,1 bilhões para o governo central. O número é pior do que o previsto um ano atrás (rombo de R\$ 110 bilhões) e é calculado mesmo contemplando proibição de reajuste para servidores civis, ausência de concursos públicos e salário mínimo sem aumento real.



Mansueto Almeida: "Estamos vendo queda absolutamente brutal da arrecadação"

>> **Leia mais:**

- [Impacto do mínimo chega a R\\$ 15 bi mesmo sem alta real](#)
- [Cessão onerosa demanda aval Legislativo, diz secretário](#)

Segundo técnicos do governo, o principal fator para a piora vem do lado da arrecadação - que tem mostrado uma "anomalia" nos últimos anos. A receita primária total caiu de 21,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 para uma previsão de 21,13% em 2019. Para 2020, o número considerado na PLDO foi de 20,86% (ou R\$ 1,643 trilhão).

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que a queda da receita em relação ao PIB vem acontecendo anualmente. "Estamos vendo queda absolutamente brutal da arrecadação, o que é uma certa anomalia. Quando a economia começa a crescer, o normal é crescer um pouco ou permanecer constante em relação ao PIB. Mas estamos perdendo arrecadação ano a ano", disse.

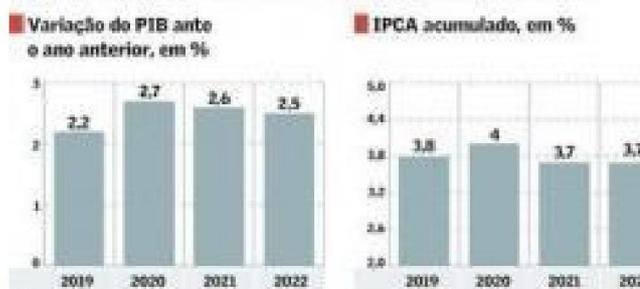
Questionado sobre o motivo desse comportamento, o secretário citou como uma das possíveis causas os benefícios tributários concedidos hoje pelo país. Ele afirmou que o ministério já estuda o tema e que o resultado do trabalho pode melhorar as receitas e, em consequência, o resultado primário previsto. "O que agravou [a meta de 2020] é que estamos perdendo receita em relação ao PIB. Precisamos recuperar essa arrecadação", disse.

Além da revisão de benefícios, a equipe econômica aponta outras possibilidades de aumento da receita: a melhora no lucro de estatais que pagam dividendos ao Tesouro (impulsionado por planos de desinvestimento), a elevação recente do preço do barril de petróleo no mercado internacional (que impulsiona os royalties da União) e o próprio leilão de excedentes da cessão onerosa previsto para outubro.

A preocupação com as receitas foi expressa mesmo com projeções de crescimento maior para a economia nos próximos anos. O governo prevê um avanço de 2,2% para o PIB em 2019, mas para 2020 calcula 2,7%. Para 2021, 2,6%. E para 2022, 2,5%.

Mais anos de rombo

Governo prevê déficit nas contas públicas ao menos até 2022



Fonte: Ministério da Fazenda

Já as despesas mostram retração. Em proporção do PIB, o número caiu de 19,8% em 2018 para 19,32% na previsão de 2019 e 18,74% em 2020. Contribui para isso a proibição na PLDO de reajustes e concursos no serviço público - com exceção da área militar, por causa da reforma da Previdência enviada ao Congresso (que contempla reajuste para a

carreira).

O governo revelou na PLDO a previsão oficial de déficit até 2022 - mesmo após o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter falado em zerar o rombo das contas públicas ainda em 2019.

Questionado sobre a contradição, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que os números são conservadores e podem ser melhorados por fatores como o avanço da economia e ações legislativas.

"Os números representam transparência, cautela e zelo com política fiscal. Estamos atendendo a legislação vigente e temos perspectiva de que números serão melhorados substancialmente à medida que ações de altíssimo impacto fiscal sejam aprovadas, como a reforma da Previdência", disse.

Como em 2019, o PLDO vai prever novamente um pedido de crédito adicional para atender a regra de ouro - mas com uma novidade. Segundo o secretário de Orçamento Federal, George Soares, será solicitado ao Congresso só o necessário para atender à norma, e o

montante exato será verificado no começo de 2020 por meio dos relatórios de avaliação de receitas e despesas.

Trata-se de uma alteração em relação a 2019, já que neste ano o governo entende precisar pedir aos parlamentares crédito correspondente a todo o montante originalmente previsto (de R\$ 248,9 bilhões) - mesmo que as previsões já apontem que menos que isso será usado.

Também vai contribuir para o atendimento da regra de ouro o pagamento de R\$ 126 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) ao Tesouro, já solicitado à instituição. Somente isso deve diminuir a dívida bruta do governo geral em 0,7 ponto percentual em relação ao PIB. Atualmente, o indicador está em 77,4%.

Enquanto busca melhorar os indicadores fiscais, um fator pode impactar as contas neste ano. Questionado se há possibilidade de criar subsídio ou um imposto variável para conter o preço do diesel diante de uma possível greve dos caminhoneiros, Waldery disse que o ministério tem estudado alternativas. "Agimos de maneira preventiva. Estudos estão sendo feitos em todas as perspectivas. O anúncio, se e quando ocorrer, será feito pelo ministro Paulo Guedes", disse.

ORÇAMENTO Após repercussão de valor sem aumento real, ministério frisou ser apenas previsão

Governo estima salário mínimo de R\$ 1.040 no projeto da LDO de 2020

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

O governo estimou o salário mínimo em R\$ 1.040 no ano que vem, de acordo com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) divulgado ontem. Este ano, o salário mínimo está em R\$ 998.

No relatório bimestral de março, a equipe econômica havia previsto que o índice que reajusta o piso nacional deve ficar em 4,2% este ano, o que resultaria num valor próximo a R\$ 1.040.

Para 2021, o mínimo previsto no PLDO é de R\$ 1.082. Para 2022, a estimativa é de R\$ 1.123.

Parâmetro

Após a repercussão de um salário mínimo sem aumento real, o Ministério da Economia reiterou, por meio de nota no início da noite de ontem, que o valor proposto para o salário mínimo para 2020 que consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), de R\$ 1.040, "refere-se a um parâmetro, utilizado como referência para o cálculo das metas fiscais estabelecidas".

Conforme o ministério, "não se trata, portanto, de política de cálculo do salário mínimo, que será definida por meio de projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional até o fim de 2019".

O valor divulgado no início da tarde, no PLDO para 2020, continha uma previsão de reajuste do mínimo em 2020 apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Con-



Marcos Santos / USP Imagens

Estimativa para remuneração mínima do trabalhador foi feita sem reajuste real

Em nota divulgada na noite de ontem, governo frisou que valor proposto não está definido: é apenas um parâmetro do projeto da LDO para 2020

sumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – portanto, sem ganho real.

Pela regra válida até este ano, o salário mínimo era reajustado pelo INPC do ano anterior mais o PIB de dois anos antes. Caberá ao governo definir a nova regra neste projeto a ser encaminhado ao Congresso até o fim do ano.

Como a lei que definia a fórmula deixará de vigorar em 2020, o governo parecerá ter optado por reajustar o mínimo apenas pela

inflação estimada para o INPC, mas a notícia encontrou reação imediata entre os trabalhadores, que se manifestaram nas redes sociais.

A LDO define os parâmetros e as metas fiscais para a elaboração do orçamento do ano seguinte. Pela legislação, o governo deve enviar o projeto até 15 de abril de cada ano. Caso o Congresso não consiga aprovar a LDO até o fim do semestre, o projeto passa a trancar a pauta. O valor do salário mínimo pode subir ou cair em relação à proposta original durante

a tramitação do orçamento, caso as expectativas de inflação mudem nos próximos meses.

Política do mínimo

A política de valorização do salário mínimo foi implementada no governo Lula (PT) e transformada em lei por sua sucessora Dilma Rousseff (PT). A regra, entretanto, teve validade encerrada em janeiro deste ano.

Se o valor de 2020 mantivesse o mesmo cálculo, seria acrescido 1,1% ao reajuste, referente ao crescimento do PIB de 2018.

A decisão de acabar com os ganhos acima da inflação é uma das bandeiras do ministro da Economia, Paulo Guedes, que defende uma ampla desvinculação do orçamento. Com a medida, que precisa ser aprovada pelo Congresso, o governo ainda ganharia uma folga nas contas públicas.

Para 2020, o rombo esperado na Previdência é de R\$ 237,9 bilhões, ou 3,02% do PIB. Em 2021, o déficit do INSS chegará a R\$ 255,6 bilhões, ou 3,02% do PIB. E, em 2022, a trajetória previdenciária aponta para um saldo negativo de R\$ 280,3 bilhões, ou 3,09% do PIB. A equipe econômica projeta um déficit primário do governo central de R\$ 124,1 bilhões para o próximo ano, de acordo com o PLDO de 2020. O valor é maior do que o estipulado anteriormente, de R\$ 110 bilhões, e equivale a 1,58% do PIB projetado para o próximo ano.

Tribuna

Após 15 anos, salário não terá aumento real em 2020



SECRETÁRIO especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, diz que o valor é apenas um parâmetro considerado pelo governo e não reflete o reajuste que será aplicado de fato

LORENNA RODRIGUES,
ADRIANA FERNANDES E
FABRÍCIO DE CASTRO
O ESTADO DE S.PAULO

O governo estimou o salário mínimo em R\$ 1.040,00 no ano que vem, de acordo com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) divulgado ontem, 15, pelo Ministério da Economia. Este ano, o salário mínimo está em R\$ 998,00. De acordo com o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, o parâmetro para o salário mínimo leva em conta apenas o reajuste pelo INPC acumulado e não foi incluído nenhum tipo de ganho real. Segundo ele, porém, o valor é apenas um parâmetro considerado pelo

governo, e não reflete o reajuste que será aplicado de fato.

Existe atualmente no governo uma discussão a respeito do reajuste do salário mínimo. Pela regra válida até este ano, o salário mínimo era reajustado pelo INPC do ano anterior mais o PIB de dois anos antes. No relatório bimestral de março, a equipe econômica havia previsto que o índice que reajusta o piso nacional deve ficar em 4,2% este ano, o que resultaria num valor próximo a R\$ 1.040. Pela regra antiga, o valor poderia ficar em R\$ 1.051. Para 2021, o mínimo previsto na PLDO é de R\$ 1.082,00. Para 2022, a estimativa é de R\$ 1.123,00.

A política de valorização do salário mínimo, com reajuste acima da inflação, teve início formalmente em 2011, no governo Dilma Rousseff, com aprovação de lei sobre o assunto, mas de fato começou antes disso, em 2004, ainda no governo Lula. A equipe econômica projeta um déficit primário do Governo Central de R\$ 124,1 bilhões para o próximo ano, de acordo com o PLDO 2020. O valor é maior do que o estipulado anteriormente, de R\$ 110 bilhões, e equivale a 1,58% do PIB projetado para o próximo ano. Como antecipou o Estadão, com a piora do cenário de crescimento econômico e da arrecadação do País, o governo teve que rever, para pior, a

meta fiscal para o ano que vem.

Já a meta para o déficit do setor público consolidado em 2020 passou de R\$ 99,7 bilhões para R\$ 118,9 bilhões. O superávit previsto para Estados e Municípios passou de R\$ 14 bilhões para R\$ 9,0 bilhões enquanto o déficit fiscal esperado das estatais federais ficou em R\$ 3,8 bilhões. O rombo do INSS continuará em escalada nos próximos anos, de acordo com o projeto divulgado pelo Ministério da Economia. Para 2020, o rombo esperado na Previdência é de R\$ 237,9 bilhões, ou 3,02% do PIB. Em 2021, o déficit do INSS chegará a R\$ 255,6 bilhões, ou 3,02% do PIB.

PRÉVIA**BC: maior recuo do PIB desde a greve dos caminhoneiros****DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS**

Em fevereiro, o nível de atividade da economia brasileira registrou a maior retração desde maio de 2018, quando ocorreu a greve dos caminhoneiros, indicam números divulgados ontem pelo Banco Central.

O chamado Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) – considerado uma “prévia” do resultado do Produto Interno Bruto (PIB) – registrou em fevereiro um recuo de 0,73%, na comparação com janeiro deste ano, na série com ajuste sazonal. O indicador calculado pelo BC passou de 138,15 pontos para 137,14 pontos na série dessazonalizada no período. Este é o menor nível para o IBC-Br com ajuste desde maio do ano passado (133,15 pontos).

O resultado foi calculado após ajuste sazonal (uma espécie de “compensação” para comparar períodos diferentes). Nesta comparação, fevereiro registrou o maior recuo mensal dos últimos nove meses. Maio de 2018 foi marcado pelos efeitos da greve dos caminhoneiros, que resultou em um tombo da prévia do PIB de 3,11%.

Projeção

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. A prévia é divulgada mensalmente pelo Banco Central com base em estimativas do mercado financeiro.

FOLHA DE S.PAULO

Indicador do BC vê retração no 1º trimestre

Projeção da instituição, que é vista como prévia do PIB, reforça a percepção de que atividade econômica perde fôlego

SÃO PAULO O ritmo fraco da economia brasileira se confirma em fevereiro com o registro da maior contração em nove meses, apontam dados do Banco Central divulgados nesta segunda-feira (15).

A nova previsão amplia as projeções de uma queda no PIB (Produto Interno Bruto) no primeiro trimestre e corrobora as preocupações com as perspectivas de crescimento.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), uma espécie de sinalizador sobre a tendência do PIB, recuou 0,73% em fevereiro na comparação com o mês anterior.

Foi o segundo resultado negativo seguido, após recuo de 0,31% em janeiro (dado revisado pelo BC).

É também a pior leitura para o indicador desde a queda de 3,1% vista em maio de 2018, quando a greve dos caminhoneiros paralisou a economia.

Em fevereiro, a produção industrial do Brasil mostrou alguma recuperação ao avançar 0,7% sobre o mês anterior, devolvendo as perdas vistas

em janeiro. Mas o setor opera em margem idêntica à de 2009. Ou seja, a indústria contabiliza atraso de uma década.

Já as vendas no varejo ficaram estáveis no mês graças às compras voltadas para o Carnaval, que compensaram as perdas em supermercados e combustíveis. O volume dos serviços, por sua vez, recuou 0,4% em fevereiro, na segunda queda seguida.

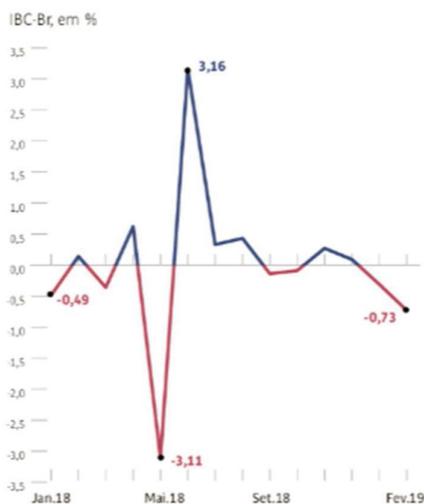
O cenário permanece sendo de lentidão da economia e mercado de trabalho fraco, com cerca de 13 milhões de desempregados no país, ainda que a inflação e taxa de juros baixas proporcionem alguma expectativa de melhora do consumo.

Na comparação com fevereiro de 2018, o IBC-Br apresentou crescimento de 2,49% e, no acumulado em 12 meses, teve alta de 1,21%.

Esse cenário de incertezas está levando os economistas a revisarem as projeções para o crescimento do PIB de 2019.

A mais recente pesquisa Focus realizada semanalmente pelo BC junto a uma centena

Indicador de atividade econômica do Banco Central tem segunda queda seguida



Fonte: Banco Central

de economistas mostra que a expectativa para a atividade neste ano é de crescimento de 1,95%, indo a 2,58% em 2020.

A queda do PIB apontada no boletim do Banco Central vem ocorrendo semana a semana. No Focus anterior, por exemplo, a previsão era de alta de 1,98% do PIB—aquela foi a primeira vez que o levantamento indicou previsão abaixo de 2% para 2019.

“Indicadores de atividade econômica conhecidos até o momento seguem sugerindo uma leve queda de 0,1% do PIB no primeiro trimestre deste ano”, afirmou o Bradesco em nota.

O índice é o mesmo do Itaú Unibanco, que reviu na semana passada a previsão para o período também para queda de 0,1%, ante alta de 0,3% projetada anteriormente.

O banco também alterou para baixo a expectativa de crescimento econômico em 2019 de 2% para 1,3%.

A equipe econômica do banco acredita que o crescimento esperado para 2020 também deve ser menor: a alta

esperada de 2,7% foi reduzida para 2,5%.

Para o Itaú, a revisão incorpora dados correntes mais fracos, além da percepção de um arrefecimento mais amplo da atividade à frente e queda mais lenta do desemprego.

“Os índices de confiança apresentaram recuo generalizado em março e indicam risco de arrefecimento adicional da atividade à frente”, destacou a instituição.

Na semana passada, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a estimativa de expansão da economia brasileira em 2019 a 2,1%, citando a necessidade de cortes de gastos com funcionalismo público e da reforma da Previdência para conter as crescentes despesas.

O Focus também passou a projetar inflação acima dos 4%. Agora, os analistas ouviram pelo Banco Central preverem IPCA em 4,06%, contra 3,9% há uma semana.

O índice permanece abaixo do centro da meta, que é de 4,25% para 2019. Com Reuters

Veículo: G1	
Data: 15/04/2019	Caderno: Economia



Governo prevê alta de 2,7% do PIB em 2020; déficit nas contas públicas pode chegar a R\$ 124 bi

Números constam do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem, enviado nesta segunda (15) ao Congresso. Estimativa anterior era de déficit de R\$ 110 bi nas contas públicas.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília
15/04/2019 15h44 Atualizado há 18 horas

O governo federal informou nesta segunda-feira (15) que prevê crescimento de 2,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2020.

A previsão consta do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional ainda nesta segunda-feira.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

A proposta informa, ainda, que o governo passou a estimar que o déficit das contas públicas poderá chegar a R\$ 124 bilhões no ano que vem – a estimativa anterior era de R\$ 110 bilhões.

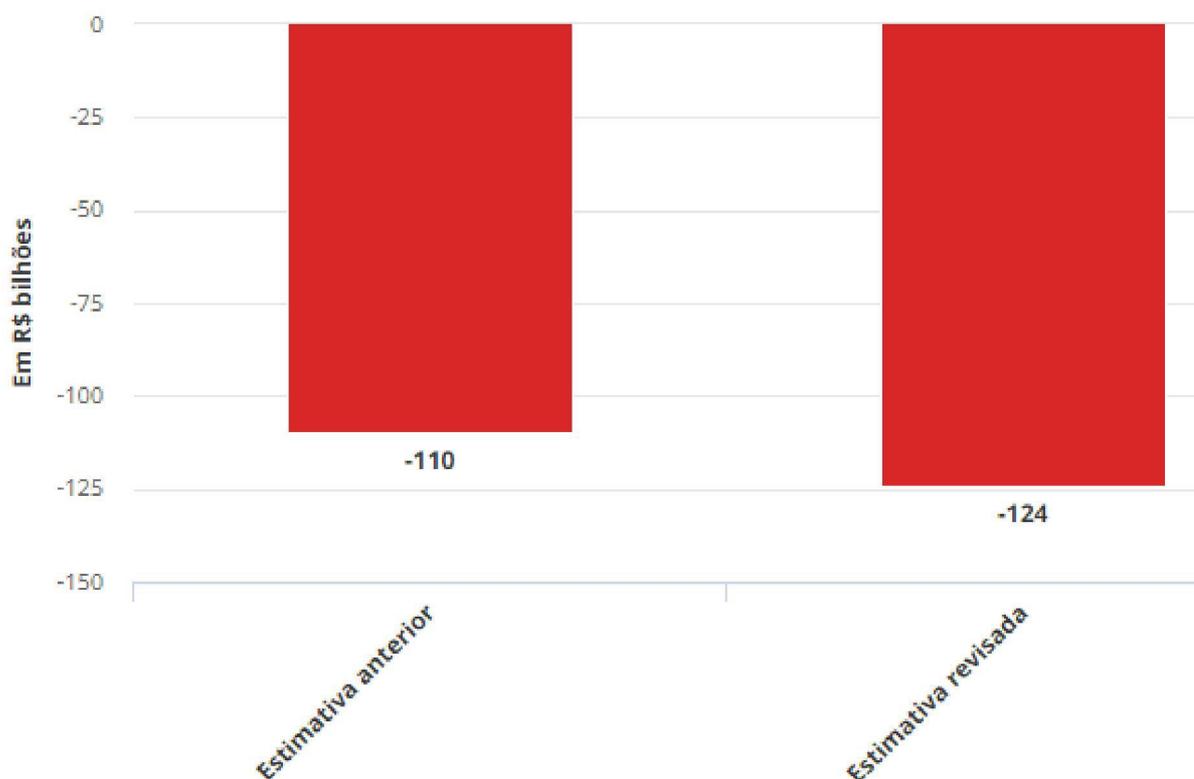
Quando as receitas superam as despesas, o resultado é de superávit. Quando acontece o contrário, o resultado é de déficit.

O envio do PLDO ao Congresso é o primeiro passo para a preparação do orçamento do próximo ano, que tem de ser enviado ao Legislativo até agosto.

Entre outros pontos, o governo propôs no PLDO que o salário mínimo seja de R\$ 1.040 em 2020, sem aumento acima da inflação.

Contas do governo

Estimativas para o déficit das contas públicas em 2020



Fonte: PLDO e LDO de 2019 e 2020

PIB e inflação

A estimativa do governo federal para o crescimento da economia no ano que vem, de 2,7%, está acima da projeção do mercado financeiro.

De acordo com uma pesquisa divulgada na semana passada pelo Banco Central com mais de 100 instituições financeiras, a **previsão foi de alta de 2,58% para o PIB** de 2020. O mercado financeiro tem reduzido as previsões para o crescimento da economia neste ano e em 2020. Isso começou a acontecer após a divulgação do PIB do ano passado, **que avançou 1,1%**.

Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial, o governo estimou uma variação de 4% para 2020 e de 3,7% para 2021 e 2022.

A meta central de inflação para 2020 é de 4%, e terá sido oficialmente cumprida se a inflação oscilar entre 2,5% e 5,5%. Para 2021, por sua vez, a meta central é de 3,75%, e o IPCA poderá oscilar entre 2,25% e 5,25% sem que seja oficialmente descumprida.

Petrobras diz que reajuste do diesel segue indefinido

Das Agências

REPORTAGEM

correio24horas@redebahia.com.br

Presidente da estatal negou interferência do governo

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou, ontem, que a estatal é “livre” e “tem vida própria”. Ele negou intervencionismo do presidente da República, Jair Bolsonaro, na decisão de recuar no reajuste do preço do óleo diesel. “A decisão foi tomada pela Petrobras, ninguém ordenou à Petrobras que reajustasse. O presidente alertou para os riscos”, afirmou Castello Branco, acrescentando que ainda não há uma decisão sobre manter ou não o reajuste no preço do óleo diesel.

Na semana passada, a Petrobras anunciou reajuste de 5,7%, mas o presidente Jair Bolsonaro determinou a suspensão do aumento. “Não tem nenhuma decisão ainda. A Petrobras é uma coisa, outra é o governo. O governo quer abordar a questão dos



Castello Branco: 'Ninguém ordenou à Petrobras que não reajustasse; o presidente alertou para os riscos'

“Vamos decidir quando vai ser reajustado ou não. Isso é uma decisão empresarial, diferente da decisão do

do diretamente os motoristas de carga. Depois do episódio, a Petrobras perdeu R\$ 32 bilhões em valor de mercado. Em maio do ano passado, a alta no preço do diesel levou à paralisação da categoria, afetando a distribuição de alimentos e outros insumos, causando prejuízos a diversos setores produtivos.

riodicidade foi decidida em março e comunicada ao mercado pela companhia. Antes, os prazos de reajuste do preço eram menores. “Essa é uma decisão operacional”, afirmou Castello Branco.

REUNIÃO

Castello Branco negou que o reajuste de preços tenha sido

“O gás natural pode nos ajudar na parte de transportes e a reduzir emissões de carbono”
Joaquim Levy

nós temos tempo”, disse quando perguntado sobre o que se pode esperar para os próximos dias. Castello Branco disse ainda que o cartão camioneiro da BR Distribuidora está em desenvolvimento e deverá ser lançado entre o fim de junho e início de julho.

Castello Branco deu essas declarações após ter participado de uma reunião no Palácio do Planalto sobre o preço dos combustíveis. O encontro reuniu ainda os ministros da Casa Civil (Onyx Lorenzoni), da Economia (Paulo Guedes), da Infraestrutura (Tarcísio Gomes) e de Minas e Energia (Bento Costa). Também participaram do encontro os titulares da Secretaria de Governo (Santos Cruz) e da Secretaria Geral (Floriano Peixoto), além do diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, Décio Odone e, por meio de videoconferência, o presidente do BNDES, Joaquim Levy.

Hoje pela manhã está prevista uma nova reunião entre técnicos da Petrobras e ministros do governo, dessa vez com a participação do presidente Jair Bolsonaro.

MEDIDAS

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Pre-

caminhoneiros, a Petrobras tem sua vida própria”, afirmou Castello Branco.

No dia que o reajuste foi suspenso, Bolsonaro manifestou preocupação de que a alta no preço do combustível possa impactar o setor de transporte de cargas, afetando

GOVERNO
Roberto
Castello
Branco
Presidente da
Petrobras

O presidente da petrolífera se recusou a responder se a empresa avalia estender o tempo de reajuste do combustível às refinarias. Atualmente, o valor do diesel é modificado a cada 15 dias, no mínimo, embora caminhoneiros pleiteiem um prazo mais alongado. Ape-

discutido na reunião no Planalto. Quando perguntado se o reajuste vai voltar a ser reativo, respondeu que não fez “nenhuma afirmação nesse sentido”. “Seja paciente que você terá a resposta. Medidas vão ser tomadas pelo governo. O que a Petrobras vai fazer...

Presidente do
Banco Nacional de
Desenvolvimento
Econômico e Social
(BNDES)

sistência, integrantes do governo concederão hoje uma entrevista coletiva para anunciar “algumas das medidas adotadas pelo governo em resposta às demandas do setor de transporte rodoviário”. No comunicado, a Secretaria Especial de Comunicação Social diz ainda que serão levadas à coletiva as questões tratadas em reunião interministerial que ocorreu ontem no Palácio do Planalto, na qual se discutiram “soluções estruturantes relativas ao setor de transportes rodoviários”.

Ainda de acordo com o comunicado, “está confirmada para hoje reunião com a presença de ministros e técnicos que terá a finalidade de prestar esclarecimentos ao Senhor Presidente da República sobre a estrutura de produção, distribuição e revenda de combustíveis”, informou a secretaria de comunicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITÉ
AVISO CREDENCIAMENTO Nº 001/2019
A Secretaria Municipal de Educação, sedada Avenida Profª Mariana Carneiro de Oliveira s/n, Praça Viana - Caetité-BA, por sua Comissão Especial de Credenciamento de Transporte Escolar, com base na Lei Federal nº 8.669/93 e suas alterações e no edital de credenciamento nº 001/2019, torna público que a partir do dia 16 de abril de 2019, das 08h00min às 13h00min, no Salão de Leilão da Prefeitura Municipal, nesta Cidade de Caetité, às salas 78, 113, 114 e 115 estarão disponíveis para novo credenciamento, obtendo a contratação de passageira física ou jurídica para serviço de transporte escolar Prefeitura de Caetité e Secretaria Municipal de Educação, das 08h00min às 12h00min. Caetité - Bahia, 15 de abril de 2019. VALDEMAR DE BRITO SOUZA Presidente da Comissão Especial de Credenciamento de Transporte Escolar

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBAÇU - BA
AVISO DE LICITAÇÃO – TP 2/2019
Tornada de Preço nº 002/2019 – Menor preço global. A Prefeitura de Pindobaçu, torna público que realizará dia **02.05.2019, às 11h**, na sede da prefeitura, sito a Praça Pedro Luiz, na sala de licitações, certame com o fim de contratar empresa de engenharia para conclusão do CREAS, conforme anexo do edital. Pindobaçu-BA, 15/04/2019. Hélio Palmeira de Carvalho – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITRUCU
CNPJ Nº 14.198.543/0001-70
TOMADA DE PREÇO 001/2019
Objeto: Execução de OBRA Construção e Revitalização da Praça de Alimentação na Rua Almirante Pires, no município de Itiúcu – Bahia. Tipo Menor Preço Global. Sessão 02/05/2019 09:00 h. PM Itiúcu. Edital site www.itrucu.ba.gov.br. Informações fone (73)3538-1200. ADRIANA K N BITENCOURT- Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ (BA)
AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019)
O Fundo Municipal de Saúde através da Comissão de Pregão da Prefeitura torna público a licitação, objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo médico, equipamentos e insumos hospitalares, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, desta municipalidade. Abertura: 28/04/2019, às 09h00min. Local de Sessão: COPEL – Rua São Bento, 133, Centro, Vera Cruz-BA. Edital: COPEL, das 08:30h às 14:30h ou através de transparência <http://pmerveracruzba.imprensaoficial.org>. Informações: licitacpmerveracruz@gmail.com
André Epifânio de Oliveira - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019. Contratação de empresa para aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Jacobina. Data, hora e end. P/ entrega da proposta e doc., 29 de abril de 2019 às 09:00 horas – Prefeitura Municipal de Jacobina, Rua Senador Pedro Lago, 40, Centro, Jacobina – Bahia. (74) 3621-2590. Zandriê Mendes Magalhães Silva – Pregoeira. Horário de atendimento 08 às 12hs.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGA
CNPJ Nº: 13.634.985/0001-59
AVISO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL MENOR PREÇO POR ITEM N. 010/2019
O Município de Guaratinga realizará licitação na sede da PM em 30/04/2019, às 10h. Objeto: FORNECIMENTO DE MOVEIS ESCOLARES PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Edital na Sede ou baixar no site www.guaratinga.ba.gov.br. Tr(73)3277-2205. Demais atos-Diário Oficial: www.guaratinga.ba.gov.br, 15/04/19. Yvônio Campos-Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
CNPJ Nº 14.235.899/0001-36
AVISO TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019
OBJETO: Contratação de empresa do ramo para a execução de serviços de obra de engenharia para retomada de execução da requalificação turística da vila de Valença-BA, de acordo com as especificações e condições expressas no Edital e seus anexos. Data de abertura: 02/05/2019, às 09:00 horas. Julgamento: Menor Preço Global por Lote. Local: FPMV s/nº à Travessa General Labatut, s/nº, Centro, Valença-Bahia. O Edital encontra-se disponível na Prefeitura no endereço acima, assim como no Diário Oficial do Município www.valenca.ba.gov.br. Tel: (75) 3641-8810. Valença-BA, 12 de abril de 2019. Michel Pinto-Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRAMA
ERRATA DE PUBLICAÇÃO - Na publicação no Diário Oficial de 12 de abril de 2019 – Página 16, referente ao Aviso de Licitação do Pregão Presencial nº 004/2019 Objeto: Aquisição de Peças para Motores, Bombas Submersas e Materiais Diversos para Distribuição de Rede de Água e Manutenção de Poços Tubulares Perforados e Manifolds pela Prefeitura Municipal de Buritirama-BA, conforme descrito no Termo de Referência do Edital, onde se lê: Abertura: 25.04.2019, às 08:00 horas, leia – se: Abertura: 26.04.2019, às 08:00 horas. Edita/Informações: Prefeitura - Avenida Buriiti, 251, Centro, Fone: (77) 3442-2138 – www.buritirama.ba.gov.br – Uelbem de Souza Cruz – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2019 - O Município de Pindaí, torna público a licitação Pregão Presencial SRP nº 016/2019, que tem por objeto a aquisição de peças para os veículos da frota municipal. Data: 30/04/2018, às 08:00 horas, na Sede da Prefeitura de Pindaí. Pindaí – BA, 16 de Abril de 2019. Rafaela Tânia Alves dos Santos – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE - XIQUE (BA)
AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019) - O Pregoeiro torna público a licitação, estado. Proc. Adm. 2102/2019. Menor Preço Global. Objeto: Prestação de serviços de reforma e recuperação, com saneamento de peças como motor, assento e traço de câmbios mecânicos dos veículos da Rede Municipal de Ensino. Abertura às 09h00 do dia 30/04/2019.
AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019) - O Pregoeiro torna público a licitação, estado. Proc. Adm. 2110/2019. Menor Preço Global. Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios para atender as necessidades de lanches na Secretaria do Município. Abertura às 09h do dia 30/04/2019.
Local: Na sala de reuniões do CPL na Prefeitura, localizada na Praça Dom Máximo nº 344, Centro, informações: (74) 3651-1556. Atos: Edital nº 124. Edital: Na Prefeitura, na sala do COPEL, das 08h às 12h.
Ogdenir Aires de Costa - Pregoeiro

5,7%

foi o percentual de reajuste do diesel anunciado pela Petrobras

Governo prepara pacote para o setor

O governo decidiu compensar os caminhoneiros pelo aumento do preço do diesel com ações no setor de transportes. Os detalhes serão anunciados hoje, no Palácio do Planalto. Com isso, o governo espera atender os caminhoneiros evitando interferir na política de preços da Petrobras, o que foi alvo de críticas e impôs uma perda de R\$ 32 bilhões no valor de mercado da empresa na última sexta-feira.

Até a noite de ontem, técnicos ainda trabalhavam nos detalhes das medidas que vão ser lançadas imediatamente. Entre as ações que deverão ser apresentadas para os caminhoneiros estão a conclusão de obras de infraestrutura das principais rodovias do país, como a BR-163 e BR-242. Além disso, o governo pretende anunciar a construção de locais de repouso para os caminhoneiros, pleito antigo da categoria.

Na lista de promessas entrará ainda o compromisso de estímulo à criação de cooperativas, de maior fiscalização ao cumprimento da tabela do frete e a desburocratização da documentação dos caminhoneiros, por meio da adoção de notas

eletrônicas para o transporte de cargas.

OUTRAS MEDIDAS

Todas as medidas já fazem parte do pleito da categoria ao governo. Na apresentação do pacote, os ministros devem repetir ainda ações que já foram anunciadas, como combate à "indústria de multas", mantra repetido

●● A Petrobras é uma coisa, outra é o governo. O governo quer abordar a questão dos caminhoneiros, a Petrobras tem sua vida própria
Roberto Castello Branco

Presidente da Petrobras

0,39%

foi a alta das ações da Petrobras, ontem, após afundarem 7,75% na última sexta-feira

por Bolsonaro durante a campanha eleitoral, além de iniciativas da Petrobras como o cartão caminhoneiro.

Além disso, será enfatizado que a Petrobras já estendeu de sete para 15 dias o intervalo de correção dos preços do diesel. Está na pauta de estudos um alongamento gradual desse prazo para 20 ou 30 dias - e isso dependerá da resposta da categoria às medidas que serão anunciadas hoje pelo governo.

Segundo relatos feitos à reportagem, a ideia é transmitir a mensagem que o Planalto tem o empenho de atender os caminhoneiros em pautas que vão muito além da questão do diesel. Nos bastidores, auxiliares do presidente veem como inevitável a flutuação do preço do combustível de acordo com a variação do valor do petróleo no mercado internacional e do câmbio, como é feito hoje.

Por isso, será necessário vencer esse descontentamento de outras formas. A ideia é anunciar medidas de baixo custo e mais fácil implantação que possam melhorar as condições gerais do setor de transporte rodoviário.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 16/04/2019	Página: A17

FOLHA DE S.PAULO

Piso do INSS seria de R\$ 573 sem regra encerrada por Bolsonaro

Proposta para o Orçamento prevê só correção da inflação para o salário mínimo

16.abr.2019 às 2h00

Clayton Castelani
São Paulo

A política de valorização do salário mínimo, interrompida pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL), é responsável por R\$ 425 dos R\$ 998 do salário mínimo pago a trabalhadores e aposentados que recebem o piso do [INSS \(Instituto Nacional do Seguro Social\)](#) neste ano.

A projeção é do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Sem essa regra, portanto, o piso nacional em 2019 seria de R\$ 573.

Nesta segunda-feira, a gestão Bolsonaro enviou ao Legislativo a proposta que traça as diretrizes para o Orçamento do ano que vem. O texto prevê que [o piso de salários no Brasil será de R\\$ 1.040 a partir de janeiro de 2020, contando apenas com a reposição da inflação, estimada para encerrar este ano em 4,2%](#).

Entre 2005 e 2019, o salário mínimo subiu 283,8%, enquanto a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), responsável pela correção dos benefícios previdenciários acima do piso, avançou 120,2%.

Na prática, quem ganha um salário acumulou aumento real de 74,3% nos últimos 14 anos. Negociada entre as centrais sindicais e o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2004, a política de reajuste real do salário mínimo passou a ser aplicada no ano seguinte.

Só em 2007, porém, ganhou a fórmula que vigorou até este ano: a correção do piso se dá pela soma dos índices de inflação do ano anterior e do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

O acordo também previa a antecipação progressiva da data-base de maio para janeiro, o que só foi concretizado em 2010. Em 2011, a política de aumento do piso foi transformada em lei pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT). A legislação tinha validade até este ano e a sua renovação dependia de decisão de Bolsonaro.

Cerca de 48 milhões de brasileiros recebem a remuneração mínima no país. Desse total, há 23,3 milhões de beneficiários do INSS; 12,2 milhões de empregados formais; 8,6 milhões de autônomos e 3,8 milhões de empregados domésticos, ainda segundo o Dieese. “O fim da política de aumento real do salário mínimo tem um enorme impacto na distribuição de renda do país, podendo ampliar a desigualdade e a miséria”, afirma o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio.

Os potenciais efeitos também podem chegar a trabalhadores com remunerações mais elevadas, segundo Clemente. “O salário mínimo possui um efeito de arrasto em relação aos pisos salariais das categorias de trabalhadores, principalmente aqueles que são de até dois salários mínimos”, afirma.

As centrais sindicais prometem mobilização para pressionar o Congresso a restabelecer a valorização salarial, de acordo com o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves. “Esse é um dos temas da pauta de reivindicações conjunta das centrais para o 1º de maio [Dia do Trabalhador]”, afirmou. “O prejuízo não é apenas para o trabalhador, [mas] para o comércio, às empresas, para a economia”, disse. Em nota, o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vagner Freitas, disse que as medidas do governo Bolsonaro promovem “arrocho salarial e previdenciário”.

Para Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), a mudança sinalizada pelo governo de Bolsonaro fará com que, “de agora em diante, os mais pobres sofram com o aumento da concentração de renda no país”.

Ao descontinuar a atual regra de reajustes salariais, o governo atingirá a maioria dos beneficiários da Previdência Social. Entre os cidadãos que recebem renda do INSS no ano passado, 66,5% ganharam salário mínimo, segundo dados da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia. Procurada, a Secretaria de Previdência informou que não iria comentar.

Já o secretário especial de Fazenda da Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, negou que o valor do mínimo previsto no projeto signifique uma mudança na política de reajuste salarial do governo. “Estamos colocando esse valor como uma previsão, não é uma política para o salário mínimo. O governo tem até dezembro para apresentar a política do salário mínimo e assim o fará”, disse.

FOLHA DE S.PAULO

O desafio dos juros

Ampliação do cadastro positivo é bem-vinda, mas redução das taxas bancárias exorbitantes depende também de mudanças legais e mais competição

Com a gradual entrada em vigor da lei que ampliou o alcance do cadastro positivo, é grande a expectativa de que o custo do crédito, ainda escorchanto no Brasil, venha a cair de forma mais consistente.

O instrumento funcionará como uma espécie de atestado de saúde financeira, facilmente acessível para a consulta dos potenciais ofertantes de crédito. Ficará disponível uma nota, obtida a partir de modelos que consideram todo o histórico de pagamentos.

Foram mantidas salvaguardas para a preservação da privacidade. Os dados mais amplos só poderão ser acessados com a permissão do consumidor; as entidades que elaboram as notas (os birôs de crédito, como Serasa e SPC) e as pessoas jurídicas que as consultam terão responsabilidade solidária no caso de dano para o avaliado.

A inclusão automática dos consumidores no cadastro ocorrerá em quatro meses, e as notas de crédito começarão a ser colocadas à disposição em 180 dias. Os birôs farão campanhas de esclarecimento.

O impacto do cadastro poderá ser grande. Até agora, na prática, apenas informações sobre maus pagadores era pública. Os que tinham bom histórico não conseguiam facilmente se valer disso.

Apenas essa nova regra, contudo, não bastará para a redução substantiva do juro bancário. Há que buscar uma série de melhorias re-

gulatórias — e mais concorrência.

O sistema brasileiro ainda prima pela concentração. Apenas cinco bancos — Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal — detêm mais de 90% dos depósitos e quase monopolizam serviços como cartões de crédito, previdência e seguros.

O spread bancário, como se chama a diferença entre as taxas de captação e de empréstimo, ainda é altíssimo no Brasil, chegando a 25% ao ano, na média de todos os financiamentos ao consumidor. Trata-se de cinco vezes o que se observa em outros países.

Além do provável efeito da concentração, estudos do Banco Central sugerem que as causas principais da anomalia são a inadimplência e, sobretudo, o pouco que se recupera depois dela. Facilitar legalmente a retomada de garantias é uma agenda essencial, portanto.

De forma mais ampla, também cumpre reforçar a concorrência e simplificar o funcionamento do sistema. O cadastro positivo é oportuno, mas deve-se também reduzir o poder dos bancos em áreas como meios de pagamento, além de fomentar a entrada de novos participantes nos mercados.

Nos últimos dois anos, ao menos, o Banco Central tem demonstrado que entre suas prioridades está a democratização do crédito. A velocidade das mudanças, entretanto, ainda deixa a desejar.

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

miriam leitão



b blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Investidor está desanimado

Houve uma queda de valor de mercado da Petrobras que pode ser revertida rapidamente, e o governo está formatando uma saída para atenuar o que houve. Ontem, o presidente da estatal, ao sair da reunião no Palácio, disse que a empresa é livre para reajustar os preços. O problema de curto prazo pode ser resolvido. Mas a intervenção nos preços da companhia, na sexta-feira, confirmou a desconfiança que os mais seniores no mercado financeiro e os investidores da economia real têm neste momento. Há temores e dúvidas sobre a capacidade de a atual administração superar a crise econômica, e isso se reflete nas projeções de crescimento cada vez menores. Ontem o Banco Central divulgou uma queda de 0,73% no índice de atividade de fevereiro.

Frases feitas do presidente Bolsonaro como "não entendo de economia" ou "tudo é com o Posto Ipiranga" só conseguem tranquilizar os jovens operadores do mercado. Conversas com pessoas mais graduadas revelam que tem havido muita saída de dinheiro do país e muita hesitação em apostar realmente em novos empreendimentos, por causa do conjunto de

sinais negativos do governo.

Evidentemente, nenhum presidente precisa ser especialista em economia, ou em educação ou em saúde, ou em transportes, ou em meio ambiente. Mas tem que ter capacidade de compreensão de assuntos complexos para a tomada de decisão. Até para delegar é preciso entender o que está entregando. A intervenção no preço do diesel foi apenas uma peça que tornou o todo bem coerente. Bolsonaro é o que sempre foi. Tem um conhecimento raso dos vários assuntos que precisa dominar para governar e preservar intacta a sua crença no intervencionismo econômico.

Apesar de ter como bordão que na dúvida, diante da sua incapacidade de entender econo-

mia, ele consultaria o ministro da Economia, ele não o fez. Decidiu por impulso, com o chefe da Casa Civil, um assunto que obviamente é econômico. A questão é que, ao contrário do que diz, não delegou a economia a Paulo Guedes. Da mesma forma que não delegou a questão da segurança a Sérgio Moro. Tanto que revogou a escolha de Moro por uma integrante suplente de um conselho. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, vendeu uma versão ontem à tarde que contraria todos os fatos que o país viu na sexta-feira. Segundo ele, não houve intervenção na Petrobras.

Não é tão difícil consertar esse problema do preço do diesel. Difícil é entender por que já não o fizeram. Esse era um encontro

marcado. Durante a campanha eleitoral, a imprensa cansou de perguntar sobre a fórmula de reajuste que ele usaria para o diesel, dado que a do ex-presidente Temer caducaria no fim de dezembro. Os especialistas no tema deram muitas entrevistas com alertas sobre a necessidade de resolver isso em tempo. Tudo ficou mais urgente quando os preços internacionais do petróleo começaram a subir. Era, portanto, uma questão de tempo para que os caminhoneiros confrontassem os reajustes. O governo poderia ter formulado, assim que foi eleito, uma política que desse aos caminhoneiros o conforto de não ter que conviver com altas sucessivas do combustível e, ao mesmo tempo, preservasse a liberdade de de-

cisão da Petrobras. O governo ignorou a complexidade e a urgência do assunto porque quis. Não faltaram avisos.

Perda de valor de mercado, recupera-se. Desconfiança dos investidores da economia real é mais difícil de mudar. A dúvida sobre o Brasil vai além da reforma da Previdência. Mesmo se ela for aprovada com poucas alterações, e garantir uma economia importante nos próximos dez anos, as contas públicas continuarão sendo um problema.

O governo tem colecionado derrotas até na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Imagina como será na Comissão Especial. Os militares são a única categoria que pode ter aumentos salariais no ano que vem, como explicou ontem a equipe econômica na apresentação do PLDO.

O presidente tem sido incapaz de gerenciar a coalizão, tem dado sinais contraditórios na economia e tem criado conflitos sem qualquer ganho visível. A retração que houve na atividade de fevereiro, divulgada ontem pelo BC, de 0,73%, é mais um sinal que se soma a outros dados negativos deste começo de ano.

Tribuna

Levy diz que, com reforma, Brasil volta grau de investimento



JOAQUIM LEVY, presidente do BNDES, afirmou que instituição pode atuar nas áreas de gás e combustíveis alternativos

BÁRBARA NASCIMENTO E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS O ESTADO DE S.PAULO

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, afirmou ontem, 15, em evento do Lide, que há uma "enorme convergência" por parte do presidente da República e do Congresso Nacional "para se chegar a uma solução positiva para a reforma da Previdência". Caso ocorra a aprovação da matéria, segundo ele, há "muita chance" de o Brasil retomar o grau de investimento. Com a aprovação da reforma, a tendência é a economia voltar a crescer e voltar a uma faixa de 3%, segundo Levy. Com isso, abri-se uma tra-

jetória positiva para o País. "Quando você começa a crescer e o setor industrial começa a girar, as receitas tributárias começam a subir e começamos a ter resultados fiscais melhores. E isso nos põe em trajetória em que fica mais fácil ter grau de investimento", apontou.

A uma plateia de empresários, o presidente do BNDES disse que quanto mais rápido o Brasil conseguir "ter clareza sobre a Previdência", mais fácil será de ter essa retomada. E fez um apelo: "Acho que vocês podem tomar esse passo porque eu tenho absoluta confiança de que a reforma será aprovada", disse. Segundo ele, muitos investidores ainda pensam qual é o momento de "dar um passo maior" e

apontou que isso vai requerer que a reforma seja aprovada: "É o primeiro estágio, depois disso ficará muito mais fácil para fazer o resto", disse. Ele afirmou ainda que o governo tem "tudo para vencer os desafios" atuais. O presidente do BNDES completou que os juros em nível historicamente baixo dão ao banco condições de financiar o mercado e estimular a economia nos próximos meses. Levy afirmou ainda que os bancos cooperativas têm tido um papel cada vez mais importante na questão do crédito no país, principalmente no acesso por pequenas e médias empresas. O presidente do banco de fomento também afirmou que, após leilões bem sucedidos em diversas áreas, o Brasil

prepara agora uma nova carteira de ativos, com foco na distribuição de gás natural. "Hoje o investimento na área de distribuição de gás é uma das prioridades", disse. Ele citou que hoje há um monopólio natural na distribuição do gás. Destacou ainda que as experiências recentes mostram que há demanda tanto nacional quanto internacional pelos ativos na área de infraestrutura brasileiros. Citou, por exemplo, os leilões da Ferrovia Norte-Sul, de aeroportos e a venda da Tag. Segundo ele, o banco espera que, nas próximas semanas, seja divulgada uma nova rodada de projetos no âmbito do PPI. Ele ainda citou que o BNDES fará investimentos na área de energia eólica e solar.

Tribuna

Previdência fará PIB crescer 1,1%

O mercado financeiro acredita que a reforma da Previdência vai potencializar o crescimento da economia. De acordo com pesquisa divulgada no Boletim Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, com 64 analistas de mercado especializados em projeções fiscais, a aprovação da reforma representará ganho de 1,1 ponto percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, neste ano.

É o que mostra reportagem de Kelly Oliveira – Repórter da Agência Brasil Brasília.

Para 2020, a previsão é de ganho de 3 pontos percentuais, comparando com um cenário em que não haja aprovação da reforma.

A pesquisa revela que, com a aprovação integral da proposta de reforma da Previdência, enviada pelo governo ao Congresso Nacional, o crescimento do país será de 2,10% em 2019; 3,50% em 2020; 3,45% em 2021; e 3% em 2022.

Por outro lado, sem a aprovação da proposta no Congresso, o crescimento será de 1% em 2019; 0,5% em 2020; 0,75% em 2021; e 1% em 2022.

Os analistas também projetaram o crescimento considerando aprovação parcial da Nova Previdência em 2019. Nesse caso, os números mostram a economia crescendo 1,95% em 2019; 2,8% em 2020; 2,7% em 2021; e 2,5% em 2022.

Tribuna



Impacto...

Prevista na PEC da Previdência, a alteração das alíquotas das contribuições dos servidores federais civis trará impacto fiscal positivo. Esse efeito decorre das elevadas remunerações pagas pela administração. De acordo com estimativas do Instituto Fiscal Independente, vinculado ao Senado, a mudança trará ganhos na receita de contribuição ao regime próprio da União de R\$ 25,5 bilhões no acumulado de 2020 a 2029.

...positivo

O Relatório de Acompanhamento Fiscal de abril do Instituto também confirma que a redução da despesa previdenciária do RGPS, nos primeiros quatro anos da vigência da reforma, está estimada em R\$ 76,1 bilhões: "O ganho fiscal é crescente, chegando a R\$ 670,9 bilhões no horizonte de 10 anos".

Tribuna

Após inverter pauta, CCJ da Câmara dá aval à PEC do orçamento

G1 E DO ESTADÃO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem (15) um parecer favorável à proposta de emenda à Constituição que aumenta os gastos obrigatórios do governo, a chamada PEC do orçamento. A aprovação aconteceu após cerca de três horas de discussão e após a CCJ ter invertido a pauta de ontem. O primeiro item era a reforma da Previdência, mas os partidos do "Centrão" e da oposição articularam o adiamento da

discussão. A PEC do orçamento obriga o governo federal a executar todos os investimentos previstos. Também torna obrigatório o pagamento de emendas parlamentares de bancada.

A proposta já havia sido aprovada pela Câmara, mas, como o Senado modificou o texto, a PEC voltou para nova análise dos deputados. Coube à CCJ da Câmara analisar se as mudanças feitas pelo Senado eram constitucionais. Agora, a PEC seguirá para a análise de uma comissão especial, ainda a ser criada. Depois, precisará ser aprovada em dois turnos no plenário da Câmara antes de ser pro-

mulgada. O texto, na prática, engessa as possibilidades do governo de executar a peça orçamentária e, com isso, diminui a margem para remanejamentos. Quando o texto foi aprovado pela Câmara, previa que, no primeiro ano, o pagamento das emendas de bancada teria valor correspondente a até 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior. Nos anos seguintes, a quantia seria corrigida conforme a inflação, medida pelo IPCA. No Senado, foi feito um escalonamento, tornando a mudança gradativa. Pelo texto aprovado pelos senadores, ficou assim: em 2020, o valor das emendas



PROPOSTA votada na CCJ aumenta gastos obrigatórios do governo e será analisada por comissão especial

será de 0,8% da RCL; em 2021, o valor chegará a 1% da receita; a partir de 2022, o valor será equivalente ao montante do ano anterior mais a inflação. Também foi incluída a previsão de as bancadas terem de repetir emendas para um determinado projeto caso a conclusão leve mais de um ano. O objetivo será evitar que empreendimentos iniciados em um ano se tornem obras inacabadas por falta de re-

ursos no ano seguinte.

PRESSÃO - Após um acordo fechado entre partidos do bloco da maioria, chamado Centrão, e da oposição, a CCJ da Câmara aprovou um requerimento para inverter a ordem de votação na sessão de ontem. Foram 50 votos favoráveis e cinco contrários. Assim, o colegiado analisou a PEC que trata do Orçamento Impositivo. A PEC da reforma da Previdência será ana-

lisada na próxima semana. O relator da PEC do Orçamento, deputado Aguinaldo Ribeiro, votou a favor da admissibilidade da matéria e, por volta das 18h30, os parlamentares debatiam o texto. O Centrão incluiu a PEC do Orçamento na pauta da comissão sob a alegação de que ela é consensual entre os parlamentares e, por isso, deveria ser votada rapidamente. A ideia foi abraçada pela oposição, que viu espaço para protelar a discussão sobre a Previdência. No encaminhamento da votação, o PSL e a liderança do governo votaram a favor da inversão da pauta. Apenas o PSDB e o Novo foram contrários à votação do orçamento impositivo.

Durante a discussão sobre a inversão de pauta, o deputado Gilson Marques (Novo-SC) afirmou que a PEC do Orçamento é algo que busca favorecer o próprio Parlamento. O deputado Arthur Maia (DEM) reagiu. "Não admito que digam que a PEC do Orçamento é chantagem para não votar a Previdência. Essa Casa não é chantagista. Já basta o que está acontecendo aqui. Não é justa essa ilação irresponsável", disse.

FOLHA DE S.PAULO

Governo perde na CCJ, e votação da Previdência deve ser após a Páscoa

Nesta terça e quarta, colegiado vai apenas discutir relatório; ideia era aprová-lo nesta semana

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Thiago Resende e Angela Boldrini

BRASÍLIA No primeiro teste da reforma da Previdência, o governo foi derrotado e a votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara do principal projeto do presidente Jair Bolsonaro (PSL) deve ficar para depois da Páscoa.

O líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), admitiu que, nesta terça-feira (16) e quarta (17), a CCJ vai apenas de bater o relatório do deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), que recomendou a aprovação integral da proposta.

"Vamos exaurir o máximo possível de debatedores para que a votação seja na semana que vem", disse Major.

Interlocutores de Bolsonaro tinham intenção de aprovar

até quarta a reforma da Previdência na CCJ, que analisa se a proposta fere ou não normas da Constituição.

Em um recado de insatisfação política, partidos independentes ao Palácio do Planalto e a oposição se juntaram nesta segunda-feira (15) para atrapalhar o andamento da proposta.

Por 50 votos a 5, foi aprovada uma inversão na ordem de votação na CCJ, dando prioridade à PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Orçamento impositivo, que tira poder do governo sobre as despesas públicas.

Essa disputa tomou quase toda a sessão desta segunda. A sessão foi encerrada às 21h após o colegiado aprovar a PEC do Orçamento.

O texto engessa ainda mais o Orçamento, transformando emendas coletivas em gastos obrigatórios. Esses instrumentos são usados por parlamen-

tares para destinar recursos a obras de suas bases eleitorais.

Apesar de ser uma proposta praticamente consensual, a oposição usou todos os instrumentos regimentais para que a votação se prolongasse para, consequentemente, atrasar o avanço das mudanças nas regras de aposentadorias.

Assim, o calendário dos aliados de Bolsonaro ficou em risco. Já são quase 120 deputados inscritos para discutir antes de a PEC da reforma ser votada. Por isso, o Planalto precisaria mobilizar aliados em véspera de feriado.

Ainda sem uma base de apoio no Congresso, o governo teve de recuar no cronograma. Inexperientes, deputados do PSL não estão conseguindo superar o arsenal regimental da oposição na CCJ.

Vitor Hugo disse que o calendário traçado anteriormente "era para balizar, não é uma prisão". Segundo ele,

o adiamento da votação para a próxima semana "não é o melhor dos mundos, mas também não é uma derrota".

Para tentar evitar o rótulo de fracasso, aliados de Bolsonaro mudaram de posição durante a sessão desta segunda.

Sem força para manter a proposta da Previdência como prioridade, até mesmo o PSL, partido do presidente Bolsonaro, passou a apoiar a troca da ordem de votação da comissão.

Isso incomodou o presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), que é próximo ao Palácio do Planalto.

"É melhor perder com dignidade do que se juntar e fazer feio", disse Francischini, que, no fim de semana, tentou — mas sem sucesso — construir um acordo para que a PEC do Orçamento impositivo fosse aprovada rapidamente.

A confusão da base governista tem irritado o presiden-

te da comissão — um dos principais aliados de Bolsonaro na tramitação da reforma da Previdência. "O que me deixa perplexo é essa falta de estratégia mesmo", afirmou.

Somente o PSDB e o Novo se posicionaram contra a troca na ordem de votação.

"As duas matérias são importantes, mas existem prioridades. Para nós, a questão da Previdência é uma prioridade. Eu não estou entendendo. O próprio governo parece que não quer debater", disse o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

O líder do governo afirmou que a proposta do Orçamento impositivo "vai no sentido de privilegiar as emendas parlamentares" e, então, recomendou a mudança na pauta.

Mas, nos bastidores, antes da votação da inversão da ordem de projetos, ele tentou manter a reforma da Previdência como prioridade.

"O governo não tem base para fazer prazos", disse o líder do PP, Arthur Lira (AL). "A Casa não vai ficar durante quatro ou cinco meses só em função da reforma da Previdência."

Lira foi o primeiro a declarar o desejo de partidos independentes a Bolsonaro para que a PEC do Orçamento impositivo fosse votada antes da reforma da Previdência, o que ocorreu.

Ele, porém, disse acreditar que, na quarta, as mudanças nas regras de aposentadorias possa ser aprovada na CCJ.

Para justificar a troca na ordem de votação, o líder da maioria, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que a PEC do Orçamento impositivo precisa ser aprovada rapidamente para que tenha efeitos na elaboração da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2020.

Essa proposta é de 2015, foi desenterrada em março e, em votação relâmpago, foi aprovada pela Câmara em meio ao embate com o governo.

Como o texto foi modificado pelo Senado, a PEC voltou à Câmara. Ribeiro foi designado relator da PEC do Orçamento impositivo.

Os senadores aprovaram um aumento escalonado do percentual obrigatório das emendas coletivas (de banda-cada): 0,8% da RCL (Receita Corrente Líquida) em 2020 e 1% no ano seguinte.